



**ATOS
PODER EXECUTIVO**

**LEI Nº 11.291 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2018.
AUTORIA: DEPUTADA ESTELA BEZERRA**

Altera a Lei nº 10.464, de 14 de maio de 2015, que dispõe sobre a inserção do tipo sanguíneo e fator RH, na cédula de identidade, na forma que menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.464, de 14 de maio de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art.1º.....”

Parágrafo único. “A inclusão a que se refere o caput deste artigo dar-se-á desde que o interessado a solicite e dependerá exclusivamente da apresentação do respectivo documento comprobatório.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 29 de dezembro de 2018; 130º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

PUBLICADO DOE 31/12/2018

Ato Governamental nº 0299 João Pessoa, 14 de janeiro de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

R E S O L V E exonerar **JOÃO VIEIRA FILHO**, matrícula nº 139.078-3, do cargo em comissão de Agente Operacional III, Símbolo CSE-5, da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social.

JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador

PUBLICADO DOE 15/01/2019

Ato Governamental nº 0300 João Pessoa, 14 de janeiro de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar Nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei no 8.186, de 16 de março de 2007, e alterada pela Lei nº 8.632, de 31 de julho 2008, e na Lei nº 10.467, de 26 de maio de 2015,

R E S O L V E nomear **SAMARA RIBEIRO AZEVEDO** para ocupar o cargo de provimento em comissão de Agente Operacional III, Símbolo CSE-5, tendo exercício na Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social.

JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador

PUBLICADO DOE 15/01/2019

Ato Governamental nº 0301 João Pessoa, 14 de janeiro de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

R E S O L V E exonerar os servidores abaixo discriminados, ocupantes de cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social:

SERVIDOR	MATRICULA	CARGO	SIMBOLOGIA
Flavio Craveiro Vasconcelos de Barros	155.051-9	Delegado Titular de Delegacia Especializada	CAD-3
Gianna Karla da Silva Araújo	185.932-3	Coordenador da Assessoria Técnico-Normativa e Controle Interno da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social	CAD-4
Samara Ribeiro Azevedo	186.405-0	Assistente da Assessoria Técnico-Normativa e Controle Interno da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social	CAD-6
Katia Barreto Wanderley Dantas	95.668-6	Secretário dos Conselhos da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social	CAD-7
Maryneves Cardoso Quirino	180.461-8	Secretário do Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social	CAD-6

JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador

PUBLICADO DOE 15/01/2019

Ato Governamental nº 0302 João Pessoa, 14 de janeiro de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei no 8.186, de 16 de março de 2007, Medida Provisória nº 221, de 03 de abril de 2014, na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011, e na Lei 8.371, de 09 de Novembro de 2007,

R E S O L V E nomear os servidores abaixo discriminados, para ocuparem os cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social:

NOME	CARGO	SIMBOLOGIA
Flavio Craveiro Vasconcelos de Barros	Coordenador da Assessoria Técnico-Normativa e Controle Interno da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social	CAD-4
Gianna Karla da Silva Araújo	Assistente da Assessoria Técnico-Normativa e Controle Interno da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social	CAD-6
Teresa de Fátima Beringuer Barreto	Secretário dos Conselhos da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social	CAD-7
Katia Barreto Wanderley Dantas	Secretário do Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social	CAD-6

JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador

PUBLICADO DOE 15/01/2019



Ato Governamental nº 0303 João Pessoa, 14 de janeiro de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso I, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

R E S O L V E exonerar os servidores abaixo discriminados, ocupantes de cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	SIMBOLOGIA
ANTONIO DE ARRUDA BRAYNER NETO	155.627-4	DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL	CDS-4
JOÃO JOALDO FERREIRA	156.901-5	DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL	CDS-4
RICARDO SENA RODRIGUES	157.312-8	DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL	CDS-4
RANIELLE VASCONCELOS CABRAL	155.461-1	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CAD-3
ALBERTO JORGE DINIZ E SILVA	133.195-7	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CAD-3
HUGO PEREIRA LUCENA	168.489-2	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CAD-3
FLÁVIO CRAVEIRO VASCONCELOS DE BARROS	155.051-9	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CAD-3
ERILBERTO ANTONIO MACIEL	157.313-6	ASSESSOR TÉCNICO DE GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL	CAD-3
FERNANDO KLAYTON FERNANDES DE ANDRADE	155.439-5	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CAD-3
ELIANE MEDEIROS DE SANTANA	069.934-9	DELEGADO ADJUNTO DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CSP-3
CRISTIANO DOS SANTOS SANTANA	156.490-1	DELEGADO ADJUNTO DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CSP-3
LUCAS SÁ DE OLIVEIRA	168.495-7	DELEGADO ADJUNTO DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CSP-3
HECTOR NUNES AZEVEDO	181.815-5	DELEGADO DE COMARCA	CSP-3

JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador

PUBLICADO DOE 15/01/2019

Ato Governamental nº 0304 João Pessoa, 14 de janeiro de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, e na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, Medida Provisória nº 221, de 03 de abril de 2014, na Lei nº 9.332, de 25 de janeiro de 2011, e na Lei 8.371, de 09 de Novembro de 2007,

R E S O L V E nomear os servidores abaixo discriminados, para ocuparem os cargos de provimento em comissão definidos neste Ato Governamental, da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social:

NOME	CARGO	SIMBOLOGIA
ALBERTO JORGE DINIZ E SILVA	DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL	CDS-4
JORGE LUIS ALMEIDA DA SILVA	DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL	CDS-4
CRISTIANO DOS SANTOS SANTANA	DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL	CDS-4
HUGO PEREIRA LUCENA	DELEGADO SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL	CDS-4
FERNANDO KLAYTON FERNANDES DE ANDRADE	ASSESSOR TÉCNICO DE GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL	CAD-3
ELIANE MEDEIROS DE SANTANA	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CAD-3
ANTONIO DE ARRUDA BRAYNER NETO	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CAD-3
RICARDO SENA RODRIGUES	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CAD-3
HECTOR NUNES AZEVEDO	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CAD-3
BRUNO VICTOR GERMANO	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CAD-3
LUCAS SÁ DE OLIVEIRA	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA DISTRITAL	CSP-2
JOSÉ ANSELMO DE LUCENA	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA DISTRITAL	CSP-2
NELIO CARNEIRO DOS SANTOS	DELEGADO TITULAR DE DELEGACIA DISTRITAL	CSP-2
DIEGO GARCIA FARIAS DE QUEIROZ	DELEGADO ADJUNTO DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CSP-3

JOÃO JOALDO FERREIRA	DELEGADO ADJUNTO DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CSP-3
RANIELLE VASCONCELOS CABRAL	DELEGADO ADJUNTO DE DELEGACIA ESPECIALIZADA	CSP-3

JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador

PUBLICADO DOE 15/01/2019

Ato Governamental nº 0305 João Pessoa, 14 de janeiro de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

R E S O L V E exonerar, a pedido, CARLOS MAGNO FONSECA DE SOUSA, matrícula nº 520.622-7, do cargo em comissão de Assessor de Gabinete da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, Símbolo CAD-4.

JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador

PUBLICADO DOE 15/01/2019

Ato Governamental nº 0318 João Pessoa, 14 de janeiro de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com o artigo 171, inciso I, da Lei Complementar nº 85, de 12 de agosto de 2008, e tendo em vista o Despacho Homologatório estabelecido pelo Corregedor Geral da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social, oriundo do Processo Administrativo Disciplinar protocolado sob o nº 045/2010/CPD/SESDS/PB; e Processo Administrativo nº 18034575-3/SEAD, volumes I e II.

R E S O L V E, aplicar a pena de **DEMISSÃO** ao servidor FRANCISCO RENATO PEREIRA JÚNIOR, matrícula nº 155.340-2, Agente de Investigação, lotado na Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, por inobservância aos preceitos éticos do art. 145, incisos I, II, III, IV, VI, VIII e X, dos deveres do art. 147, incisos V, VI, X, XVII, XVIII, bem como transgrediu tipos disciplinares do art. 159, inciso I, XVI e XX, todos combinados com os art. 160, Inciso III, art. 161, Incisos I, II e III e art. 162, Incisos III e IV todos da Lei Complementar nº 85/2008 - Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Paraíba.

JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador

PUBLICADO DOE 15/01/2019

LEI COMPLEMENTAR Nº 152 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2018.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

Cria e disciplina o Sistema Geral de Disciplina da Secretaria de Estado e Segurança Pública – SESDS, dispõe sobre a competência e as atribuições da Corregedoria Geral da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social - SESDS/PB, órgão superior de controle disciplinar interno e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei cria o Sistema Geral de Disciplina da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social – SESDS, define a competência e as atribuições da Corregedoria Geral da Diário Oficial João Pessoa - Domingo, 30 de Dezembro de



2018 13 Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – COGER e das Corregedorias Auxiliares dos Órgãos Operativos e do DETRAN, que compõem o sistema visando o incremento da transparência da gestão governamental, o combate à corrupção, ao abuso no exercício da atividade policial, buscando o aprimoramento e a eficiência dos serviços prestados por essas instituições à sociedade.

§ 1º A Corregedoria Geral da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – COGER, órgão superior de controle disciplinar interno, caberá a execução e coordenação das ações disciplinares e correccionais, com o objetivo e finalidade de apurar a responsabilidade disciplinar dos servidores integrantes da polícia judiciária, da polícia militar, do bombeiro militar, do DETRAN e demais servidores vinculados à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social.

§ 2º As Corregedorias dos órgãos operativos integrarão o Sistema Geral de Disciplina e funcionarão como Corregedorias Auxiliares à Corregedoria Geral, para fins desta Lei, consideram-se órgãos operativos ou vinculados a Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil e DETRAN.

Art. 2º À Corregedoria Geral da SESDS desenvolverá suas atividades de forma preventiva, educativa e por meio de auditorias administrativas, inspeções in loco, correições, sindicâncias, processos administrativos disciplinares, civis e militares, visando sempre à preservação e a melhoria da disciplina, a regularidade e a eficácia dos serviços prestados à população, o respeito ao cidadão, às normas, regulamentos, direitos humanos, o combate dos desvios de condutas e à corrupção dos servidores abrangidos por esta Lei Complementar.

Art. 3º São atribuições institucionais da Corregedoria Geral da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social - SESDS:

I – exercer as funções de orientação e controle, acompanhamento, inspeções, investigações e auditorias das atividades desenvolvidas pelos servidores integrantes da polícia civil, da polícia militar, do bombeiro militar, do DETRAN e demais servidores vinculados à SESDS, sem prejuízo das atribuições institucionais desses Órgãos, previstas em lei;

II – homologar os relatórios finais das comissões de processo e de sindicâncias e acompanhar o cumprimento das sanções aplicadas;

III – realizar, inclusive de ofício, correições, inspeções, vistorias pedagógicas, ordinárias e extraordinárias, investigações e auditorias, visando à verificação da regularidade e eficácia dos serviços, bem como, propor medidas e sugestões e providências necessárias ao seu aprimoramento;

IV - propor ao Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social os atos de afastamento previstos no art. 27, desta Lei, relacionados aos servidores do DETRAN, policiais civis, policiais militares e bombeiros militares e acompanhar o seu fiel cumprimento;

V – determinar, de ofício, ou por determinação do Governador do Estado, do Secretário de Segurança e da Defesa Social, ou das autoridades competentes de acordo com as leis de regência, a instauração e o processamento por meio das comissões permanentes civis e militares, dos Processos Administrativos Disciplinares – PAD, Conselhos de Justificação e Disciplina e prorrogá-los, se necessário;

VI – requisitar e acompanhar as apurações realizadas por meio de Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar – FATD, Investigações Preliminares – IP e Sindicâncias Acusatórias – SAD, realizadas nas Corregedorias Auxiliares dos Órgãos vinculados a SESDS/PB;

VII - avocar quaisquer processos administrativos disciplinares, em andamento, passando a conduzi-los a partir da fase em que se encontrarem, podendo determinar novas diligências para suprir vícios sanáveis ou anulá-lo total ou parcialmente, ficando a cargo da COGER a condução dos respectivos processos administrativos disciplinares;

VIII - requisitar diretamente aos órgãos da SESDS toda e qualquer informação ou documentação necessária ao desempenho de suas atividades de orientação, auditoria, controle, acompanhamento, investigação, fiscalização e processamento disciplinar;

IX – acessar diretamente quaisquer bancos de dados funcionais dos órgãos vinculados a SESDS para fins de investigação, auditoria, controle, acompanhamento e fiscalização, bem como, locais que guardem pertinência com suas atribuições;

X – representar pela instauração de inquérito policial civil ou militar;

XI – requisitar dos órgãos civis e militares que integram o sistema de segurança pública, as pesquisas e exames necessários ao subsídio das investigações, fiscalização, correições e auditorias procedidas pela Corregedoria Geral da SESDS;

XII - requisitar informações aos órgãos integrantes da SESDS para instruir demandas oriundas do Poder Judiciário, do Ministério Público e do cumprimento de cartas precatórias e demandas da Ouvidoria;

XIII - criar grupos de trabalho ou comissões na COGER, para atuar em projetos e programas específicos, podendo contar com a participação de outros órgãos e entidades da Administração Pública estadual, federal e municipal;

XIV - expedir provimentos, portarias e instruções normativas gerais, correccionais, cogentes ou de cunho recomendatório, destinadas ao aperfeiçoamento e regulamentação das ações da Corregedoria Geral e, no que couber, dos órgãos vinculados à SESDS;

XV – executar atividades preventivas, educativas, de auditorias administrativas, inspeções, correições, sindicâncias, processos administrativos disciplinares civis e militares, visando sempre à melhoria e o aperfeiçoamento da disciplina, a regularidade e eficácia dos serviços prestados à população, o respeito ao cidadão, às normas e regulamentos, aos direitos humanos, o combate aos desvios de condutas e corrupção envolvendo os servidores da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social e de seus órgãos operativos;

XVI - auxiliar os órgãos vinculados da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social nas atividades de investigação social dos candidatos aprovados em concurso público para provimento de cargos;

XVII - receber sugestões, reclamações, representações e informações de irregularidades em desfavor dos integrantes da Polícia Civil, dos Policiais Militares, dos Bombeiros Militares, do DETRAN e demais servidores da SESDS, dando a elas o devido encaminhamento, com vistas ao esclarecimento dos fatos e a responsabilização de seus autores, sem prejuízo da competência institucional da Ouvidoria da Secretaria de Segurança e Defesa Social;

XVIII – avaliar, para todos os fins, os servidores civis e militares lotados na COGER;

XIX - participar e colaborar com as Academias de formação e capacitação profissional dos órgãos vinculados à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social – SESDS, especialmente na elaboração de planos de capacitação, bem como na promoção de cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização relacionados com as atividades desenvolvidas pelo COGER.

Art. 4º A oposição, o retardamento, a resistência injustificada e o não atendimento às requisições da Corregedoria Geral sujeitarão os servidores da Polícia Civil, Militares estaduais, DETRAN/PB e demais servidores vinculados à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social à aplicação de sanção administrativa disciplinar, sem prejuízo da responsabilidade penal e improbidade administrativa, estabelecida na Lei Nacional nº 8.429, de 02 de junho de 1992, quando couber, e demais disposições legais aplicáveis.

§ 1º O prazo para cumprimento das requisições é de até 15 (quinze) dias corridos, podendo ser prorrogado, a juízo da autoridade requisitante, sob pena de responsabilidade do infrator. § 2º Tratando-se de documento de caráter sigiloso, reservado ou confidencial, será feito seu encaminhamento com tais anúncios de classificação, observadas rigorosamente as normas legais, sob pena de responsabilidade de quem as violar.

Art. 5º A Corregedoria Geral, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, poderá investigar e analisar, sempre que julgar necessário, a evolução patrimonial do agente público, afim de verificar a compatibilidade desta com os recursos e disponibilidades que compõem o seu patrimônio, na forma prevista na Lei nº 8.429, de 1992.

Parágrafo único. Verificada a incompatibilidade patrimonial, ainda que indiciariamente, a Corregedoria Geral instaurará Sindicância Patrimonial - SP, nos termos do Decreto Federal nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

Art. 6º A Corregedoria Geral da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social terá a seguinte estrutura organizacional.

I – Corregedoria Geral:

- a) Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral;
- b) Secretário da Corregedoria Geral;
- c) Assessoria Técnica da Corregedoria.

II – Corregedor Geral Adjunto;

III – Gerente Executivo de Disciplina Militar;



- IV** – Gerente Executivo de Disciplina Civil;
- V** – Gerente Executivo de Disciplina do DETRAN;
- VI** - Gerente Executivo de Correição e Registros Cartorários;
- VII** – Gerente Executivo de Apoio Administrativo;
- VIII** - Gerente Executivo do Grupo Tático de Assuntos Internos - GTAI;
- IX** – Assessor Técnico de Tecnologia da Informação e Estatística.

Parágrafo único. A estrutura administrativa da Corregedoria Geral da SESDS é a constante do Anexo I, desta Lei, cujos cargos serão incorporados como “**Tabela Única**” ao item 11 do Anexo IV da Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007.

Art. 7º A Corregedoria Geral da SESDS será dirigida por um Corregedor Geral, bacharel em direito, de conduta ilibada e notável saber, nomeado em comissão pelo Governador do Estado, preferencialmente dentre pessoas sem vínculo funcional com a Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social ou seus órgãos operativos, a quem cabe planejar, coordenar, executar e supervisionar as atividades da Corregedoria Geral e Corregedorias Auxiliares.

Art. 8º São atribuições do Corregedor Geral:

I – homologar os relatórios finais das comissões, promover o controle, assegurar a devida e regular instrução dos procedimentos administrativos disciplinares, acompanhar a investigação e o processamento dos desvios de condutas dos policiais civis, militares, do DETRAN e demais servidores vinculados à SESDS, bem como fiscalizar suas respectivas atividades funcionais, visando assegurar, quando for o caso, a correta, pedagógica e razoável aplicação de sanções;

II - dirigir, definir, planejar, controlar, orientar e estabelecer as políticas, as diretrizes e as normas de organização interna, bem como opinar sobre eventuais propostas de alterações legislativas relativas às atividades desenvolvidas pelo Órgão;

III - assessorar o Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social nos assuntos de sua competência, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes, inclusive medidas de caráter administrativo/disciplinar;

IV - unificar a jurisprudência administrativa disciplinar de sua competência, garantindo a correta aplicação das leis, prevenindo e dirimindo as eventuais controvérsias, na sua área de atribuição, entre setores ou Órgãos Operativos à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social;

V - propor o Regimento Interno da Corregedoria Geral, que será encaminhado pelo titular da SESDS ao Governador para aprovação por decreto;

VI - convocar quaisquer servidores, no âmbito da SESDS, para prestarem informações e esclarecimentos, no exercício de sua competência, configurando infração disciplinar o não comparecimento sem motivo justificado, nos termos das legislações a que estiverem vinculados os servidores;

VII - representar pela instauração de inquérito policial civil ou militar para apuração de ilícitos;

VIII – determinar a instauração, acompanhar e prorrogar procedimento administrativo disciplinar em relação aos integrantes da Polícia Militar, do Bombeiro Militar, da Polícia Civil e do DETRAN, sem prejuízo de iguais poderes para as autoridades competentes, previstos nas leis de regência, e, ao final da apuração, expedir despacho homologatório para envio ao titular da SESDS ou para autoridade competente para fim de decisão;

IX – determinar a instauração, acompanhar e prorrogar Conselhos de Justificação e Disciplina, sem prejuízo de iguais poderes para as autoridades competentes, previstos nas leis de regência, e, ao final da apuração, expedir despacho homologatório para envio ao Secretário de Segurança e Defesa Social ou para autoridade competente;

X – acompanhar ou avocar quaisquer processos administrativos, disciplinares e sindicâncias, civil ou militar, em andamento, passando a conduzi-lo a partir da fase em que se encontrar;

XI – requisitar aos órgãos civis e militares integrantes da SESDS, as pesquisas e exames necessários para subsidiar as investigações procedidas pela Corregedoria Geral da SESDS;

XII - requisitar informações aos órgãos civis e militares integrantes da SESDS acerca do fiel cumprimento das requisições do Poder Judiciário, do Ministério Público e de Cartas Precatórias;

XIII - criar grupos de trabalho ou comissões, para atuar em projetos e programas específicos, podendo contar com a participação de outros órgãos e entidades da administração pública estadual, federal ou municipal;

XIV - acessar ou indicar servidores da Corregedoria Geral para acessar arquivos de qualquer natureza, com dados relativos aos integrantes da SESDS e órgãos operativos, que estejam ou estiveram respondendo a procedimentos administrativos disciplinares, civis ou militares, bem como a processos judiciais, inquéritos policiais;

XV - expedir provimentos, portarias e instruções normativas gerais, correccionais, cogentes ou de cunho recomendatório, destinadas ao aperfeiçoamento e regulamentação das ações da Corregedoria Geral e, no que couber dos órgãos vinculados à SESDS;

XVI - participar e colaborar com as academias de formação e capacitação profissional dos órgãos vinculados à SESDS, especialmente na elaboração de planos de capacitação, ensino e promoção de cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização relacionados com as atividades desenvolvidas pela COGER;

XVII – determinar a execução de atividades preventivas e educativas, visando à melhoria e o aperfeiçoamento da disciplina, a regularidade e eficácia dos serviços prestados à população, o respeito ao cidadão, às normas e regulamentos, o combate aos desvios de condutas e corrupção envolvendo os servidores da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social;

XVIII – designar servidores para auxiliar os órgãos operativos da SESDS nas atividades de investigação;

XIX – disciplinar a coordenação, gerenciamento e a atuação das comissões;

XX – determinar o saneamento dos procedimentos administrativos disciplinares, homologar o resultado destes e de eventuais diligências realizadas;

XXI – emitir parecer nos Processos Disciplinares;

XXII – acompanhar a administração dos recursos materiais e humanos da COGER;

XXIII – Poderá determinar diligências complementares ou outras providências necessárias à adequada instrução, sem possibilidade de recurso, especialmente, quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos ou deixar de observar as garantias legais do contraditório e da ampla defesa, poderá ainda, sugerir, motivadamente, ao Secretário ou a outra autoridade competente de acordo com as leis de regência, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade;

XXIV – visando a continuidade e razoável duração dos processos, o Corregedor Geral formatará tabela de substituição automática entre os membros das Comissões/Conselhos.

Parágrafo único. Caberá ao Corregedor Geral Adjunto na qualidade de substituto, as atribuições deste artigo, bem como outras que lhe forem delegadas pelo Corregedor Geral.

Art. 9º A Gerência Executiva de Disciplina de Militar será ocupada por um Oficial, preferencialmente, do último posto da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiro Militar, cabendo-lhe, dentre outras atribuições:

I – coordenar e gerenciar a atuação das Comissões Permanentes de disciplina militar;

II – realizar o saneamento nos processos oriundos dos Conselhos de Disciplina e de Justificação, dando os devidos encaminhamentos;

III – emitir parecer nos processos oriundos dos Conselhos de Disciplina, de Justificação e demais procedimentos formais para despacho com o Corregedor Geral;

IV – emitir pareceres quando solicitados pelo Corregedor Geral ou por outra autoridade competente;

V – realizar vistorias ordinárias e extraordinárias nas Unidades da Polícia Militar, bem como no Corpo de Bombeiro Militar, especialmente nas instalações de prevenção contra incêndio e pânico e nas edificações já vistoriadas pelo Corpo de Bombeiros;

VI – realizar, em conjunto com o GTAI, atividades de fiscalização operacional, investigações, bem como outras necessárias ao cumprimento da missão Institucional da COGER, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros.



Parágrafo único. O poder disciplinar imediato é inerente ao Oficialato, cabendo-lhes, ao tomar conhecimento de falta ou desvios de condutas, adotar as providências disciplinares imediatas que couber.

Art. 10. A Gerência Executiva de Disciplina da Polícia Civil será ocupada por um Delegado de Polícia Civil e lhe caberá dentre outras atribuições:

I – coordenar e gerenciar a atuação das Comissões Permanentes de Disciplina;

II – realizar o saneamento dos processos administrativos disciplinares e Investigações Preliminares-IP, dando os devidos encaminhamentos;

III – emitir parecer nos processos administrativos disciplinares e Investigações Preliminares-IP, para despacho do Corregedor Geral;

IV – emitir pareceres, quando solicitado pelo Corregedor Geral ou outra autoridade competente;

V – realizar, em conjunto com o GTAI, atividades de fiscalização operacional, investigações, correições, auditorias, bem como outras necessárias ao cumprimento da missão Institucional da COGER, ou da Polícia Civil.

Parágrafo único. O poder disciplinar imediato é inerente ao exercício do cargo de Delegado, cabendo-lhe, ao tomar conhecimento de falta ou desvios de condutas, adotar as providências disciplinares imediatas que couber.

Art. 11. A Gerência Executiva de Disciplina do DETRAN será ocupada por servidor efetivo e estável, bacharel em Direito, e de conduta ilibada, cabendo-lhe, entre outras atribuições:

I – coordenar e gerenciar a atuação das Comissões Permanentes de Disciplina;

II – realizar o saneamento dos Processos Administrativos e Investigações Preliminares-IP, dando os devidos encaminhamentos;

III – emitir parecer nos Processos Disciplinares e Investigações Preliminares-IP, para despacho com o Corregedor Geral;

IV – emitir pareceres quando solicitado pelo Corregedor Geral ou outra autoridade competente.

V – realizar, em conjunto com o GTAI, atividades de fiscalização operacional, investigações, correições, auditorias, bem como outras necessárias ao cumprimento da missão Institucional da COGER, ou DETRAN.

Art. 12. A Gerência Executiva de Correição e Registros Cartorários será ocupada por um servidor efetivo da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social ou dos órgãos vinculados e lhe caberá dentre outras atribuições:

I – coordenar, gerenciar e manter os registros de procedimentos a cargo da COGER, inclusive, os dados estatísticos atualizados e digitalizados em sintonia ao apoio da Assessoria Técnico de Tecnologia da Informação;

II – gerenciar os sistemas digitais de controle e registro dos processos administrativos no âmbito da SESDS;

III – realizar os serviços cartoriais, emitir certidões no âmbito da Corregedoria Geral;

IV – emitir pareceres quando solicitado pelo Corregedor Geral e realizar outras tarefas ou encargos determinados pelo Corregedor Geral.

Art. 13. A Gerência Executiva de Apoio Administrativo será ocupada por servidor efetivo da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social ou dos órgãos vinculados e lhe caberá dentre outras atribuições:

I – administrar, gerenciar e manter os registros, preferencialmente digitalizados, dos recursos materiais e humanos da COGER;

II – fornecer às demais gerências, os meios necessários para o desempenho de suas atividades;

III – realizar outros serviços ou tarefas de natureza administrativa ou não, quando as circunstâncias exigirem, determinadas pelo Corregedor Geral.

Art.14. A Gerência Executiva do Grupo Tático para Assuntos Internos – GTAI, com a missão de exercer apoio e fiscalização ao efetivo dos órgãos operativos da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, será ocupada por um Delegado de Polícia ou Oficial da ativa, efetivo e estável, cabendo

I - dirigir e coordenar o Grupo Tático para Assuntos Internos – GTAI;

II – realizar, isoladamente ou conjunto com demais setores ou órgãos, atividades de fiscalização operacional, auditorias, investigações, inspeções em viaturas e unidades dos órgãos vinculados, bem como, outras necessárias ao cumprimento da missão Institucional da COGER;

III - apurar, em sede de Investigação Preliminar – IP e Sindicância Patrimonial, condutas dos servidores integrantes da polícia judiciária, militar, bombeiro, do DETRAN e demais servidores vinculados à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social;

IV - fiscalizar a utilização regular e adequada de bens e equipamentos, especialmente aqueles de proteção à defesa, armamento, munição e viaturas;

V - exercer outras atribuições que lhes forem determinadas pelo Corregedor Geral ou Adjunto da SESDS.

Art. 15. O GTAI contará com 16 (dezesesseis) equipes, ocupadas por servidores efetivos, sendo cada uma delas composta por 01 (um) chefe e 03 (três) membros, civis, militares ou mistas, conforme o caso, podendo acumular as gratificações e vantagens da instituição de origem.

Art.16. Assessoria Técnica de Tecnologia da Informação e Estatística será ocupada por pessoa com conhecimento em Tecnologia da Informação e conduta ilibada, cabendo-lhe, entre outras atribuições:

I - a gestão dos recursos de tecnologia da informação no âmbito da COGER;

II - coordenar e disciplinar as atividades digitais relacionadas à padronização e à disponibilização de serviços digitais interoperáveis, de acessibilidade digital e de abertura de dados e zelar pela segurança da informação em sintonia com a Gerência de Tecnologia da Informação da SESDS;

III - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Corregedor Geral.

Art. 17. São competentes para imposição de pena disciplinar:

I – o Governador do Estado, privativamente, nos casos de demissão, exclusão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade de policiais e militares;

II – o Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social em todos os casos, de servidores do DETRAN, policiais civis e militares estaduais e demais servidores vinculados à Secretaria de Segurança e da Defesa Social, ressalvada a competência do Governador.

Art. 18. Das decisões proferidas pelo Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social ou pelas autoridades competentes ou por delegação, nos Processos Administrativos Disciplinares/Conselhos/Sindicâncias, caberá Recurso de Reconsideração, dirigidos a estes no prazo de 10 (dez) dias corridos.

§ 1º O prazo será contado a partir do primeiro dia útil, após a publicação da decisão em Boletim da SESDS ou Diário Oficial.

§ 2º O recurso não tem efeito suspensivo.

§ 3º A autoridade competente ou delegada poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso, desde que haja justo receio de prejuízo de difícil reparação decorrente da execução da pena imposta.

§ 4º A decisão final do recurso que trata este artigo deverá ser dada dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da juntada do recurso aos autos, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

§ 5º Depois de decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, será certificado nos autos e encaminhado à Instituição a qual pertence o servidor para as devidas providências.

Art. 19. Fica autorizada a criação, por ato do Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, de Comissões Cíveis Permanentes de Processos Disciplinares, composta por 03 (três) membros, indicados por ato do Corregedor Geral, dentre Delegados de Polícia ou Servidores Públicos Efetivos e Estáveis, sendo:

I - um presidente;

II - um secretário;

III- um membro.

Parágrafo único. Os relatórios finais dos processos administrativos disciplinares serão decididos pelo Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social ou autoridade competente ou delegada, antes do envio para publicação no



Boletim Eletrônico da SESDS ou, se for o caso, o envio aos de competência do Governador do Estado, podendo estes determinar quaisquer outras providências que se fizerem necessárias à regularidade do processo e decisão.

Art. 20. Fica autorizada a criação, por ato do Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, de:

I - Conselhos Militares Permanente de Justificação, compostos, cada um, por 03 (três) Oficiais, Militares e/ou Bombeiros Militares Estaduais, tendo, no mínimo, 01 (um) Oficial Superior, recaindo sobre o mais antigo a presidência da comissão, um assistente e o mais moderno que servirá como secretário;

II - Conselhos Militares Permanentes de Disciplina, compostos, cada um, por, no mínimo, 03 (três) Oficiais, sejam Militares e Bombeiros Militares Estaduais, tendo, no mínimo, 01 (um) Oficial intermediário, recaindo sobre o mais antigo a presidência da comissão, um assistente e o mais moderno que servirá como secretário.

§ 1º Por requisição do titular da SESDS, os Comandantes Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros apresentarão a relação dos militares para comporem as Comissões Permanentes de Conselho de Justificação e Disciplina, ouvido o Corregedor Geral em razão da demanda e hierarquia.

§ 2º Quando a apuração dos fatos praticados por policiais militares e bombeiros militares estaduais envolver praças estáveis e não estáveis, a competência para apuração será do Conselho de Disciplina, cuja composição está previsto no caput deste artigo.

§ 3º Quando o posto do justificante excluir de modo absoluto a existência de outro Oficial da ativa, deverão ser convocados oficiais da reserva mais antigos para compor Conselho de Justificação, na forma da Lei.

§ 4º Quando se tratar de Praça Especial, o processo será realizado por um Conselho formado por oficiais da ativa e estáveis.

Art. 21. Os policiais civis, militares e bombeiros militares estaduais e outros servidores que desempenhem suas atividades na Corregedoria Geral da SESDS, especialmente os presidentes, membros e secretários das Comissões Civis Permanentes e dos Conselhos de Disciplina e de Justificação, terão seu desempenho e produtividade avaliados mensalmente e consolidado anualmente, com base nos seguintes critérios, sem prejuízo de outros estabelecidos em regulamento:

I - assiduidade, urbanidade, pontualidade e produtividade;

II - correção formal e jurídica dos processos administrativos, sindicâncias, investigações preliminares, auditorias, correições, inspeções, investigações e tarefas administrativas;

III - cumprimento dos prazos processuais administrativos;

IV - cumprimento dos planos de metas e das tarefas determinadas pelo Controlador Geral.

§ 1º Sempre que o interesse do serviço exigir aos policiais civis e militares, lotados na Corregedoria Geral da SESDS/PB, poderá ser conferido, em caráter temporário, encargos de apoio aos trabalhos desenvolvidos nas organizações policiais civis e militares estaduais.

§ 2º O Corregedor Geral poderá para fins de manutenção ou substituição determinar, a qualquer tempo, a reavaliação de desempenho e produtividade dos servidores em atividade na Corregedoria Geral.

Art. 22. Cabe ao Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, aos Comandantes Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar a informação do servidor, Oficial ou da praça a ser submetido a Conselho de Justificação e de Disciplina respectivamente, acompanhada da documentação necessária, sem prejuízo que seja feito por ato de ofício do Corregedor Geral.

Parágrafo único. Não existindo nos conselhos ou comissões permanentes militares que atendam aos requisitos da hierarquia e precedência no posto, caberá ao Secretário de Estado da Segurança e Defesa Social, aos Comandantes Gerais da Polícia e do Corpo de Bombeiro Militar indicar servidor para tal fim, no prazo de 02 (dois) dias, contados da publicação da portaria de instauração.

Art. 23. Cabe ao Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, e quando for o caso, ao Delegado Geral, ao Diretor do DETRAN, respectivamente, a informação do servidor civil a ser submetido à sindicância acusatória ou a processo administrativo disciplinar, acompanhada da documentação necessária sem prejuízo que seja feito por ato de ofício do Corregedor Geral.

Art. 24. A Sindicância Acusatória (SAD) é o instrumento processual adequado para apurar fatos irregulares imputados aos servidores civis e militares, e eventual aplicação das penalidades previstas nas respectivas legislações civis e militares pelas autoridades competentes ou delegadas.

§ 1º Da sindicância Acusatória poderá resultar:

I – para os militares: a) arquivamento, por inexistência do fato, insuficiência de provas ou negativa de autoria; b) absolvição; c) instauração de processo administrativo disciplinar, conselho de disciplinar ou conselho de justificação; d) a aplicação da penalidade de advertência, repreensão, detenção ou prisão até 30 (trinta) dias.

II – para os civis:

a) arquivamento, por inexistência do fato, insuficiência de provas ou negativa de autoria;

b) absolvição;

c) instauração de processo administrativo disciplinar;

d) a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão até 30 (trinta) dias.

§ 2º O prazo para conclusão da Sindicância Acusatória - SAD não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, em caso de necessidade devidamente fundamentada, por até 30 (trinta) dias, mediante autorização do COGER ou da autoridade competente que determinou sua instauração.

§ 3º Serão designados como sindicantes militares, preferencialmente Oficiais, Aspirante a Oficial e Subtenente, em caso de necessidade, a critério dos Comandantes Gerais, Sargentos aperfeiçoados, para singularmente, apurarem fatos ou transgressões disciplinares que envolvam militares estaduais, respeitada a hierarquia e precedência militar.

§ 4º Serão designados como sindicantes civis, para apurarem fatos ou transgressões disciplinares que envolvam Policial Civil, servidor do DETRAN e servidores civis da SESDS, aqueles que ocupem os cargos efetivos e sejam estáveis, preferencialmente, Delegado e Perito Oficial.

§ 5º Poderá ser delegada aos integrantes da Policial Civil e do DETRAN, por meio de portaria do Corregedor Geral da SESDS, atribuição para instaurar e apurar através de Sindicância Acusatória, transgressões disciplinares, cujo relatório deverá ser homologado pelo Corregedor Geral, antes do envio à autoridade competente ou delegada para decidir.

§ 6º No caso da não homologação do relatório, o Corregedor Geral poderá:

I - determinar diligências complementares ou outras providências necessárias à adequada instrução, sem possibilidade de recurso, especialmente quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos ou deixar de observar as garantias legais do contraditório e da ampla defesa;

II - redistribuir para outra comissão nos casos em que o relatório confronta as provas dos autos ou não observou o contraditório e a ampla defesa;

III - sugerir, motivadamente, ao Secretário ou a outra autoridade competente de acordo com as leis de regência, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

§ 7º O prazo para conclusão da Investigação Preliminar - IP será de 20 (vinte) dias úteis, podendo ser prorrogado por até mais 20 (vinte) dias úteis, pela autoridade instauradora.

Art. 25. Fica criado o Termo Circunstanciado Administrativo - TCA no âmbito da SESDS, como mecanismo pelo qual o agente público interessado se compromete a ajustar a sua conduta e reparar o dano, na forma prevista nesta Lei e em regulamento.

Art. 26. O TCA será aplicado quando o dano ou o extravio do bem público resultarem de conduta culposa do agente, o prejuízo for de pequeno valor e possibilitar a reposição ou reparação do bem extraviado ou danificado ou o ressarcimento ao erário do valor correspondente ao prejuízo causado, feito pelo servidor público causador do fato, encerrando assim a apuração para fins disciplinares. Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, considera-se prejuízo de pequeno valor aquele cujo preço de mercado para a aquisição, reposição ou reparação do bem extraviado ou danificado seja igual ou inferior ao limite estabelecido como de licitação dispensável, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



Art. 27. Compete ao Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, de ofício ou por proposta do Corregedor Geral, do Delegado Geral, do Diretor do DETRAN, do Comandante da Polícia Militar, e do Comandante do Corpo de Bombeiros Militar, afastar preventivamente das funções, por meio de portaria, os servidores de seus respectivos quadros funcionais vinculados à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, submetidos a processo administrativo disciplinar/conselhos, por prática de ato incompatível com a função pública ou quando necessária à garantia de ordem pública, à instrução regular do processo administrativo disciplinar e, à viabilização da correta aplicação de sanção disciplinar, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento das funções implicará na suspensão das prerrogativas funcionais dos servidores, policiais civis, dos militares estaduais e servidores do DETRAN, perdurando pelo prazo de até 90 (noventa) dias, prorrogável automaticamente, uma única vez, por igual período.

§ 2º Os policiais civis, os militares estaduais e servidores do DETRAN, afastados das funções ficarão à disposição da unidade de Recursos Humanos a que estiverem vinculados, devendo ser retida a identificação funcional, distintivo, arma, algema ou qualquer outro instrumento que esteja em posse do servidor, nos termos da portaria de que trata o caput deste artigo, remetendo à Corregedoria Geral da SESDS, por meio eletrônico, cópia do ato de retenção, relatório de sua frequência e sumário de atividades por estes desenvolvidas no período.

§ 3º Os Procedimentos Administrativos Disciplinares/Conselhos instaurados contra policiais civis, os militares estaduais e servidores do DETRAN, afastados por força do disposto no caput deste artigo, tramitarão em regime de prioridade nas respectivas Comissões/Conselhos de Disciplina/Justificação.

§ 4º Findo o prazo do afastamento sem a conclusão do processo administrativo disciplinar, os policiais civis, os militares estaduais e servidores do DETRAN afastados, retornarão às atividades meramente administrativas, com restrição a posse e ao porte de arma, até decisão do mérito disciplinar, devendo o referido setor competente remeter à Corregedoria Geral relatório de frequência e sumário das atividades desenvolvidas por meio eletrônico, salvo manifestação do Secretário de Estado da Segurança e Defesa Social, considerando o interesse público.

§ 5º Na hipótese de decisão de mérito favorável aos policiais civis, aos militares estaduais e servidores do DETRAN, afastados, cessarão, após a publicação, as restrições impostas, sendo o tempo de afastamento preventivo computado para todos os efeitos legais, como de efetivo exercício.

§ 6º A autoridade que presidir procedimento disciplinar/conselho, poderá, a qualquer tempo, propor a aplicação de afastamento preventivo ou cessação de seus efeitos, ouvido previamente o Corregedor Geral.

Art. 28. O Secretário de Estado Segurança e da Defesa Social poderá requisitar dos órgãos operativos, por solicitação do Corregedor Geral, servidores, policiais civis, os militares estaduais e servidores do DETRAN, para exercício na Corregedoria Geral, sem que tal requisição importe em transferência ou remoção automática.

§ 1º Os policiais civis, os militares estaduais e servidores do DETRAN, enquanto servirem na Corregedoria Geral da SESDS, serão considerados, para todos os efeitos, como no exercício regular de suas funções, de natureza policial civil, policial militar, bombeiro militar ou servidor do DETRAN.

§ 2º Para fins de agregação, as funções desempenhadas pelos militares, enquanto servirem na Corregedoria Geral SESDS serão consideradas de natureza policial militar.

§ 3º A atividade desenvolvida pela Corregedoria Geral da SESDS por policiais civis ou os militares estaduais é atividade fim de Segurança Pública e Defesa Social.

Art. 29. Os responsáveis pela instauração de inquéritos policiais ou policiais militares, em que se apurem fatos delituosos cometidos ou que envolvam policiais civis, os militares estaduais e servidores do DETRAN, deverão remeter, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, à Corregedoria Geral, cópia da respectiva portaria ou do auto de prisão em flagrante delito e, após a conclusão, cópia integral dos respectivos autos.

Art. 30. Os policiais civis, os militares estaduais e servidores do DETRAN, designados para servirem na Corregedoria Geral da SESDS/PB devem ter, no mínimo, os seguintes pré-requisitos:

I - ser, preferencialmente, bacharel em Direito, em Administração ou Gestão Pública;

II - se militar ou policial civil, possuir, preferencialmente, no mínimo 03 (três) anos de serviço operacional prestado na respectiva Instituição;

III - não estar respondendo a qualquer sindicância, processo administrativo ou criminal;

IV - possuir conduta ilibada;

V - não haver sido punido nos últimos 03 (três) anos em sindicância, processo administrativo ou criminal. Parágrafo único. O Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social poderá por Portaria definir outros critérios.

Art. 31. Os policiais civis, os militares estaduais e servidores do DETRAN, lotados na Corregedoria Geral, em exercício nas Comissões de Disciplina, no Grupo Tático de Assuntos Internos, na Assessoria, serão gratificados conforme o Anexo I desta Lei, cujos valores serão atualizados conforme a lei geral de aumento.

Art. 32. O Sistema Geral de Disciplina da SESDS será coordenado e dirigido pela Corregedoria Geral e composto pelas Corregedorias Auxiliares da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e DETRAN visando à atuação integrada.

§ 1º O Corregedor Auxiliar da Polícia Civil e o Delegado Geral poderão designar Delegados e Peritos efetivos, para presidir Investigações Preliminares - IP, sem prejuízo de suas atribuições legais específicas, tendo tais procedimentos o controle por meio de numeração e registro feitos pela COGER.

§ 2º No caso do § 1º antecedente, os autos com o relatório final serão remetidos à Corregedoria Geral para homologação ou instauração do Procedimento Administrativo adequado e Sindicância Patrimonial, quando for o caso.

§ 3º Considerando a necessidade, celeridade e conveniência da Administração, o Corregedor Geral poderá designar Delegados e Peritos para presidir Sindicância Acusatória - SAD ou Sindicâncias Patrimoniais - SP, sem prejuízo de suas atribuições legais específicas, ao final remetida à Corregedoria Geral para análise e providência que couber.

§ 4º O Corregedor Auxiliar da Polícia Civil e o Delegado Geral poderão determinar a realização de correições extraordinária nas unidades da Polícia Civil, cujo relatório será enviado à Corregedoria Geral para as medidas cabíveis.

§ 5º As Corregedorias Auxiliares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, por meio dos respectivos Comandantes Gerais ficarão encarregadas de:

I - instaurar, proceder e decidir os Processos Administrativos Disciplinares relativos às Praças com menos de 10 anos de serviço;

II - instaurar, proceder e decidir as Sindicâncias Acusatórias;

III - instaurar, proceder e decidir a Apuração por meio de Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar - FATD;

IV - realizar isoladamente ou conjunto com a GOGER atividades de fiscalização operacional, auditorias, investigações, bem como outras necessárias ao cumprimento da missão Institucional da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

§ 6º No caso dos itens II e IV do § 5º deste artigo, deverá ser enviada, logo após, à Corregedoria Geral, aplicando-se, no que couber, a regra do § 6º do art. 24.

§ 7º Os casos de Conselho de Disciplina, de Justificação e Sindicâncias Patrimoniais - SP serão processados exclusivamente no âmbito da Corregedoria Geral por uma das Comissões Permanentes de Disciplina, de Justificação ou Oficial designado, conforme o caso.

§ 8º As Corregedorias Auxiliares deverão concluir todos os Processos e Sindicâncias instaurados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 9º As Corregedorias Auxiliares deverão efetuar o inventário de todos os procedimentos em andamento visando o registro na COGER e processamento pelas Comissões Permanentes de Justificação e Disciplina previstas nesta Lei

§ 10. A guarda e manutenção de todo o acervo constante nas Corregedorias Auxiliares são de responsabilidade dos respectivos dirigentes até que seja disponibilizado local e pessoal adequado para arquivo.

§ 11. Enquanto não for instalado o Sistema Integrado de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares - SIGPAD, as Corregedorias Auxiliares enviarão mensalmente à COGER, por meio eletrônico, relatório das atividades desenvolvidas no período.

§ 12. Os casos omissos, quanto à atuação das Corregedorias Auxiliares integrantes do Sistema Integrado de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares - SIGPAD, serão definidos por ato do Corregedor Geral.



Art. 33. Quando da homologação dos relatórios finais, restar constatada a prática de infração penal, deverá o Corregedor Geral comunicar o fato a autoridade competente civil, federal ou militar, pugnando pela instauração do competente inquérito ou, conforme o caso, proceder à remessa de cópias dos processos à Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público Estadual ou Federal para as providências pertinentes.

Art. 34. A SESDS poderá constituir, de acordo com a necessidade de cobertura e expansão da Corregedoria Geral, comissões, unidades avançadas, temporárias ou permanentes, para atender demandas da COGER.

Art. 35. Fica criada a Delegacia Especializada de Assuntos Internos - DAI, subordinada administrativamente à Polícia Civil, e vinculada funcionalmente à Corregedoria Geral da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social - SESDS, cujas competências e instalação serão definidas em Decreto. Parágrafo único. Os integrantes da Polícia Civil, lotados e em exercício na Delegacia Especializada de Assuntos Internos - DAI, prevista no caput, gozarão de todas as prerrogativas de seus cargos previstas em Lei, podendo acumular as gratificações e vantagens da Instituição.

Art. 36. Nas hipóteses em que não se contrarie esta Lei e outras correlatas, a Corregedoria Geral da SESDS, obedecendo aos princípios constitucionais da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, publicidade, eficiência, economia processual e, em especial, a razoável duração do processo, competirá adotar e atualizar, por meio de instrução normativa, os ritos dos procedimentos administrativos disciplinares, as normas gerais procedimentais, os prazos, instituir os registros eletrônicos e outros atos necessários relativamente aos Processos Administrativos Disciplinares - PAD, gênero das espécies Conselhos de Justificação - CJ, Conselhos de Disciplina - CD, Processos Administrativo Disciplinar para praças sem estabilidade, Processo Administrativo Disciplinar Civil e Sindicâncias Patrimoniais, instaurados e em andamento no âmbito da Corregedoria Geral da SEDS/PB e nos Órgãos Operativos aplicáveis aos servidores civis, aos militares do Estado e servidores do DETRAN, submetidos a esta Lei.

Art. 37. Os Processos Administrativos Disciplinares de que trata esta Lei deverão ser registrados no Sistema Integrado de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares - SIGPAD, de uso obrigatório, software que visará armazenar e disponibilizar, de forma rápida e segura, as informações sobre os procedimentos disciplinares instaurados, em andamento e findos no âmbito da Corregedoria Geral e nos Órgãos Operativos da SEDS, devendo ser implantado no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 38. Os atos referentes aos Procedimentos Administrativos Disciplinares previstos nesta Lei serão publicados em Boletim Eletrônico no site da SESDS, se constituindo em meio Oficial de divulgação, a todos acessível, podendo facultativamente ou por imperativo legal, ser publicados no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo de sua divulgação no Boletim Eletrônico no site da SESDS ou dos Órgãos Operativos.

Art. 39. Na instrução dos procedimentos disciplinares civis e militares proceder-se-á à inquirição das testemunhas arroladas pela Comissão ou Sindicante e pela defesa, nesta ordem, bem como aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o imputado/aconselhado, devendo a Comissão ou Sindicante, mediante registro no próprio termo da audiência de qualificação e interrogatório, promover a intimação do imputado/ aconselhado oferecer alegações finais, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 40. A testemunha que morar fora do Estado ou em outra circunscrição será inquirida por meio de carta precatória, com prazo razoável, intimadas as partes.

§ 1º As cartas precatórias só serão expedidas se demonstrada previamente a sua imprescindibilidade e a sua expedição não suspende a instrução.

§ 2º Na hipótese prevista no caput deste artigo, a oitiva de testemunha poderá ser realizada por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, permitida a presença do defensor e podendo ser realizada, inclusive, durante a realização de audiências.

Art. 41. É facultada a criação de estágio acadêmico na Corregedoria Geral para estudantes do curso de graduação em Direito, Administração, Gestão Pública, Estatísticas, Sociologia, Psicologia, Informática, através de seleção isonômica, conforme portaria do titular da SESDS.

Art. 42. Aplica-se o TCA aos procedimentos em andamento que se enquadrem no disposto nos artigos 25 e 26 desta lei.

Art. 43. Será definida no orçamento da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social e do DETRAN, rubrica específica para custeio e investimento da Corregedoria Geral – COGER.

Art. 44. Fica criado o Colar do Mérito Correicional da Corregedoria Geral da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social, cujo regulamento pertinente à confecção, quantidade, concessão, entrega, uso e o modelo gráfico serão definidos em Decreto.

Art. 45. Ficam convalidados todos os atos praticados pela Corregedoria Geral e pelas Corregedorias Auxiliares da Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiros e do DETRAN, desde a edição da Lei Complementar 124/2014.

Art. 46. Fica criada a Corregedoria da Secretária de Administração Penitenciária, com a estrutura de cargos constante do Anexo II desta Lei, cujos cargos serão incorporados ao item 12 do Anexo IV da Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007.

Art. 47. A estrutura administrativa da Ouvidoria Geral da SESDS passa a ser a constante no Anexo III desta Lei, devendo tais cargos serem incorporados ao item 11 do Anexo IV da Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007.

Art. 48. O art. 1º e os incisos VIII e IX do art. 2º, da Lei 8.574, de 10 de julho de 2008, passam a ter a seguinte redação:

I – art. 1º: “Art. 1º Fica criada a Ouvidoria da Secretaria de Estado Segurança e Defesa Social – SESDS, subordinada ao titular da referida pasta, dirigida por um Ouvidor Geral, com curso superior, nomeado em comissão pelo Governador do Estado, dentre pessoas sem vínculo funcional com a Secretaria de Segurança e da Defesa Social, a quem cabe planejar, coordenar e supervisionar as atividades da Ouvidoria Geral”

II – os incisos VIII e IX do art. 2º:

“**VIII** – elaborar e remeter ao Secretário de Segurança e da Defesa Social, semestralmente, relatório das atividades da Ouvidoria;

IX – encaminhar cópia do relatório mencionado no item anterior, após o visto do Secretário ao Corregedor, Comandantes e Chefes dos Órgãos vinculados, naquilo que lhe diga respeito, com vistas à implementação de medidas educativas visando inibir condutas desviantes, independente dos encaminhamentos que demandem medidas investigativas imediatas.”

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 50. Ficam revogados:

I - o art. 4º da Lei 8.574, de 10 de junho de 2008;

II - os incisos IV e V do art. 181 e os arts. 191, 193, 217, todos da Lei Complementar nº 85, de 12 de agosto de 2008;

III - a Lei Complementar nº 124, de 03 de outubro de 2014.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 29 de dezembro de 2018; 130º da Proclamação da República.

ANEXO I

LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 29.12.2018

CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
CORREGEDOR GERAL	CDS-1	1
CORREGEDOR GERAL ADJUNTO	CDS-2	1
CHEFE DE GABINETE DO CORREGEDOR GERAL	CAD-3	1
SECRETÁRIO DO CORREGEDOR GERAL	CAD-3	1
ASSESSOR TÉCNICO DA CORREGEDORIA GERAL	CAD-3	4
GERENTE EXECUTIVO DE DISCIPLINA MILITAR	CGS-1	2
GERENTE EXECUTIVO DE DISCIPLINA CIVIL	CGS-1	1
GERENTE EXECUTIVO DE DISCIPLINA DO DETRAN	CGS-1	1
GERENTE EXECUTIVO DO GRUPO TÁTICO PARA ASSUNTOS INTERNOS – GTAI	CGS-1	1
GERENTE EXECUTIVO DE CORREIÇÃO E REGISTROS CARTORARIOS	CGS-1	1



GERENTE EXECUTIVO DE APOIO ADMINISTRATIVO	CGS-1	1
ASSESSOR TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA	CAD-6	1
ASSESSOR TÉCNICO DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE DISCIPLINA MILITAR	CAD-6	09
ASSESSOR TÉCNICO DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE DISCIPLINA CIVIL	CAD-6	4
ASSESSOR TÉCNICO DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE DISCIPLINA DO DETRAN	CAD-6	2
ASSESSOR TÉCNICO DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE CORREIÇÃO E REGISTROS CARTORÁRIOS	CAD-6	2
ASSESSOR TÉCNICO DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE APOIO ADMINISTRATIVO	CAD-6	2
ASSESSOR TÉCNICO DA GERÊNCIA EXECUTIVA DO GRUPO TÁTICO DE ASSUNTOS INTERNOS – GTAI	CAD-6	2
MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE	CSP-2	83
CHEFE DE EQUIPE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS INTERNOS – GTAI	CSP-2	15

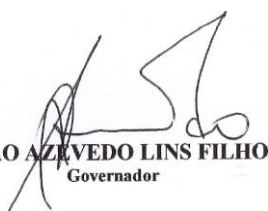
ANEXO II

LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 29.12.2018

CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
GERENTE EXECUTIVO DE DISCIPLINA DO SISTEMA PRISIONAL	CGF-1	1
ASSESSOR TÉCNICO DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE DISCIPLINA DO SISTEMA PRISIONAL	CAD-6	1
MEMBRO DE COMISSÃO PERMANENTE	CSP-2	6

ANEXO III

CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
CARGO OUVIDOR GERAL	CDS-3	1
SECRETÁRIO DA OUVIDORIA GERAL	CGI-3	1


JOÃO AZEVEDO LINS FILHO
Governador

Publicado DOE 30/12/2018

ATOS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 005/SESDS, DE 10 DE JANEIRO DE 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 89, parágrafo 1º, incisos I e II da Constituição do Estado da Paraíba, e de acordo com a Lei 8666/93,

Considerando atribuir ao gestor autoridade para acompanhar sistematicamente o desenvolvimento do contrato, o que lhe possibilita corrigir, no âmbito da

sua esfera de ação e no tempo certo, eventuais irregularidades ou distorções existentes,

RESOLVE nomear como *Gestor dos Contratos Administrativos nºs 003 e 004/2019*, o servidor **GENALDO BERTOLDO FERNANDES**, matrícula nº 091.989-6.


Jean Francisco Bezerra Nunes
SECRETÁRIO

PUBLICADO DOE 15/01/2019

Republicado por incorreção
Publicado no Diário Oficial de 11.01.2019

PORTARIA Nº 06/2019/SEDS

Em 10 de janeiro de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE designar o servidor administrativo **José Paulino da Silva**, matrícula nº 146.534-1, para prestar serviços na Corregedoria Geral desta Secretaria.


Jean Francisco Bezerra Nunes
SECRETÁRIO

PUBLICADO DOE 15/01/2019

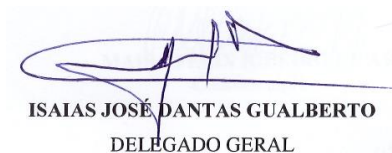
ATOS
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL

PORTARIA Nº 05/DEGEPOL

Em 14 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público, e conforme solicitação constante no ofício nº 006/2019, do Delegado Seccional da 9ª DSPC e ratificado pelo ofício nº 015/2019, do Superintendente da 2ª SRPC,

RESOLVE remover o servidor **Christiano Mendes Maia de Carvalho**, matrícula nº 181.860-1, Agente de Investigação, Código GPC-608, para prestar serviços na Delegacia de Polícia do Município de **Itatuba**.


ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL


PORTARIA Nº 06/DEGEPOL

Em 14 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público, e conforme solicitação constante no ofício nº 003/2019, do Delegado Seccional da 9ª DSPC e ratificado pelo ofício nº 010/2019, do Superintendente da 2ª SRPC,



RESOLVE designar o Delegado de Polícia Civil **Claudio Manoel Fernandes Marques**, matrícula nº 168.507-4, GPC-601, para responder pelo expediente da Delegacia de Polícia do Município de **Mogeiro**, enquanto durar a Licença para Tratamento de Saúde do Titular **Luiz de Barros Pessoa**.



ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL


PORTARIA Nº 07/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público, e conforme solicitado nos ofícios nºs 031, 032 e 033/SESDS, da Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher do Estado da Paraíba,

RESOLVE remover os Agentes de Investigação, abaixo nominados, para prestarem serviço, nas Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher, abaixo referenciadas.

NOME	MATRÍCULA	DELEGACIA DA MULHER
Arlindo Pereira de Lima	072.834-9	DEAM Cabedelo
Cristiane Lourenço da Silva Guedes	182.077-0	DEAM Zona Sul
Debora Neves Alves	181.880-5	DEAM Zona Norte
José Carlos Ferreira da Silva	096.435-2	DEAM Zona Norte




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 08/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Antonio de Arruda Brayner Neto**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 155.627-4, do encargo, de responder pelo expediente da 1ª Delegacia Seccional de Polícia Civil – Zona Norte.



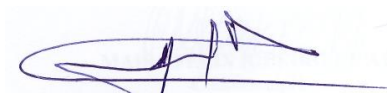
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº09/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **João Joaldo Ferreira**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 156.901-5, do encargo, de responder pelo expediente da 14ª Delegacia Seccional de Polícia Civil – Monteiro.



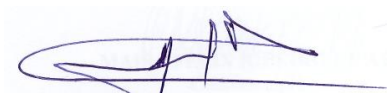
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 10/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Alberto Jorge Diniz e Silva**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 133.195-7, do encargo, de responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Proteção e Defesa do Consumidor.



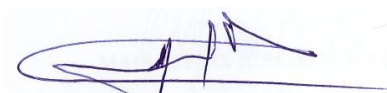
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 11/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Braz Morrone de Paiva Júnior**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 155.279-1, do encargo, de responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Repressão a Entorpecentes - DRE.



ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL




PORTARIA Nº 12/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Carlos Othon Mendes de Oliveira**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 181.810-4, do encargo, prestar serviços na 3ª Delegacia Seccional de Polícia Civil – Cabedelo, e de responder pelo expediente do Núcleo de Homicídios daquela Seccional.




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 13/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Wagner Paiva de Gusmão Dorta**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 157.320-9, do encargo, de responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Crimes contra o Patrimônio da Capital.




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 14/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Hector Nunes Azevedo**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 181.815-9, do encargo, prestar serviços na 5ª Delegacia Seccional de Polícia Civil – Santa Rita.



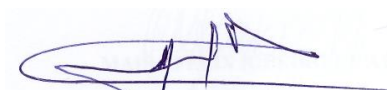
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 15/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Diego Garcia Farias de Queiroz**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 168.480-9, do encargo, prestar serviços na 5ª Delegacia Seccional de Polícia Civil – Santa Rita, e de responder pelo expediente do Núcleo de Homicídios daquela Seccional.



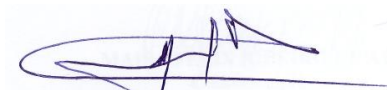
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 16/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Lucas Sá de Oliveira**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 168.495-7, do encargo, de prestar serviços, como Delegado Adjunto, na Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas.




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 17/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Fernando Barboza de Carvalho**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 133.186-8, do encargo, de responder pelo expediente da 10ª Delegacia Distrital da Capital.



ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

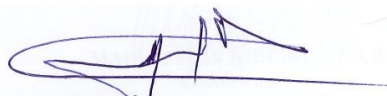


PORTARIA Nº18/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O **DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Nadja Fialho de Araújo**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 135.658-5, do encargo, de prestar serviços, como Delegado Adjunto, na Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas.



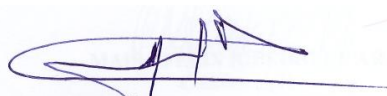
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 19/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O **DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **José Anselmo de Lucena**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 133.429-8, do encargo, de prestar serviços, como Delegado Adjunto, na 3ª Delegacia Distrital da Capital.




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 20/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O **DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Joaquim Fábio Pereira Pontes**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 133.246-5 do encargo, de responder pelo expediente da 2ª Delegacia Distrital da Capital.



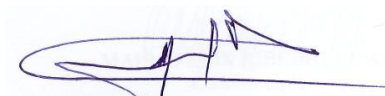
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 21/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O **DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Nélio Carneiro dos Santos**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 135.728-0 do encargo, de responder pelo expediente da 11ª Delegacia Distrital da Capital.



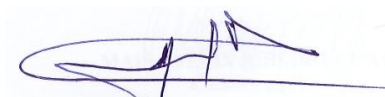
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 22/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O **DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Flávio Craveiro Vasconcelos de Barros**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 155.051-9, do encargo, de responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Crimes contra a Ordem Tributária.



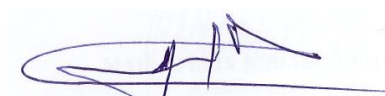
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 23/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O **DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **Cristiano dos Santos Santana**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 156.490-1, do encargo, de prestar serviços, como Delegado Adjunto, na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher de Queimadas, e de responder, cumulativamente pelas Delegacias de Polícia dos Municípios de **Alcantil e Barra de São Miguel**.



ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

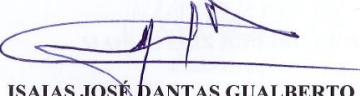


PORTARIA Nº 24/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE dispensar **João Paulo Pereira Amazonas**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 181.827-9, do encargo, de prestar serviços, como Delegado Adjunto, na Delegacia Especializada de Crimes contra a Pessoa da Capital.



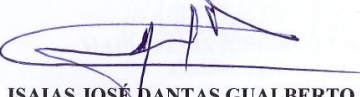
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 25/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público, e conforme solicitação constante no ofício nº 025/2019, da Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher do Estado da Paraíba,

RESOLVE dispensar **Amindozele Carneiro de Oliveira**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 156.278-9, do encargo, de responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher de Santa Rita.




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 26/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público, e conforme solicitação constante no ofício nº 025/2019, da Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher do Estado da Paraíba,

RESOLVE dispensar **Paula Monalisa Pinho Cabral**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 171.542-9, do encargo, de responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher – Zona Sul.




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 27/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público, e conforme solicitação constante no ofício nº 025/2019, da Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher do Estado da Paraíba,

RESOLVE dispensar **Cristiane Silva de Medeiros**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 181.882-8, do encargo, de responder pelo expediente das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher de Guarabira.




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº28/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público, e conforme solicitação constante no ofício nº 021/2019, da Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher do Estado da Paraíba,

RESOLVE dispensar **Eliane Medeiros de Santana**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 069.934-9, do encargo, de prestar serviços, como Delegada Adjunta, na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher – Zona Sul.



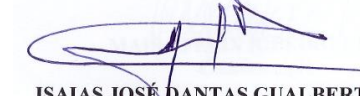
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº29/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Cristiano dos Santos Santana**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 156.490-1, para responder pelo expediente da 14ª Delegacia Seccional de Polícia Civil – Monteiro.



ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL




PORTARIA Nº 30/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Alberto Jorge Diniz e Silva**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 133.195-7, para responder pelo expediente da 1ª Delegacia Seccional de Polícia Civil – Zona Norte.




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº31/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **João Joaldo Ferreira**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 156.901-5, para prestar serviços, como Delegado Adjunto, na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher de Queimadas, e responder, cumulativamente, pelas Delegacias de Polícia dos Municípios de **Alcantil** e **Barra de São Miguel**.




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 32/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Braz Morroni de Paiva Júnior**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 155.279-1, para responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Crimes contra o Patrimônio da Capital.



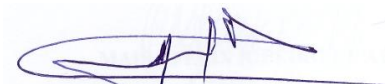
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 33/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Carlos Othon Mendes de Oliveira**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 181.810-4, para prestar serviços, como Delegado Adjunto, na Delegacia Especializada de Crimes contra o Patrimônio da Capital..



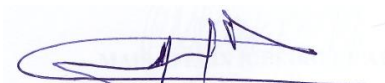
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 34/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Wagner Paiva de Gusmão Dorta**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 157.320-9, para responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Proteção e Defesa do Consumidor..




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 35/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Hector Nunes Azevedo**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 181.815-9, para responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Crimes contra a Ordem Tributária.



ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

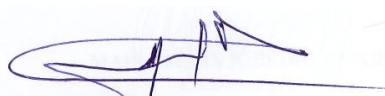


PORTARIA Nº 36/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Diego Garcia Farias de Queiroz**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 168.480-9, para prestar serviços na 3ª Delegacia Seccional de Polícia Civil – Cabedelo, e responder pelo expediente do Núcleo de Homicídios daquela Seccional.



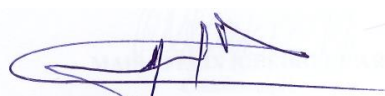
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 37/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Lucas Sá de Oliveira**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 168.495-7, responder pelo expediente da 7ª Delegacia Distrital- Cabedelo.



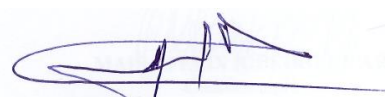
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 38/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Fernando Barboza de Carvalho**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 133.186-8, para responder pelo expediente da 3ª Delegacia Distrital da Capital.



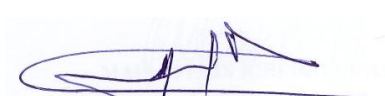
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 39/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Nadja Fialho de Araújo**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 135.658-5, para prestar serviços, como Delegado Adjunto, na Delegacia Especializada de Crimes contra a Pessoa da Capital.



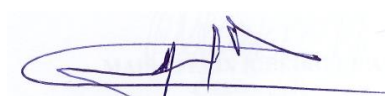
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 40/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **José Anselmo de Lucena**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 133.429-8, para responder pelo expediente da 10ª Delegacia Distrital da Capital.



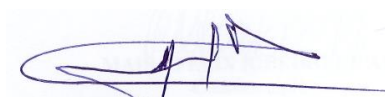
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 41/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Joaquim Fábio Pereira Pontes**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 133.246-5, para responder pelo expediente da 11ª Delegacia Distrital da Capital.



ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

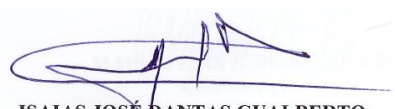


PORTARIA Nº 42/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **Nélio Carneiro dos Santos**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 135.728-0 do encargo, de responder pelo expediente da 2ª Delegacia Distrital da Capital.




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 43/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público,

RESOLVE designar **João Paulo Pereira Amazonas**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 181.827-9, para prestar serviços, como Delegado Adjunto, na Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas.



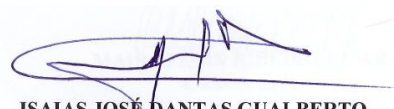
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 44/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público, e conforme solicitação constante no ofício nº 025/2019, da Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher do Estado da Paraíba,

RESOLVE designar **Amindozele Carneiro de Oliveira**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 156.278-9, para responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher – Zona Sul.




ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 45/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público, e conforme solicitação constante no ofício nº 025/2019, da Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher do Estado da Paraíba,

RESOLVE designar **Paula Monalisa Pinho Cabral**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 171.542-9, para responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher de Santa Rita.



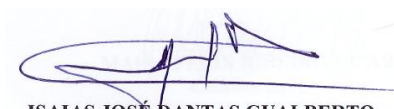
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 46/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público, e conforme solicitação constante no ofício nº 025/2019 da Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher do Estado da Paraíba,

RESOLVE designar **Cristiane Silva de Medeiros**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 181.882-8, para responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher de Mamanguape.



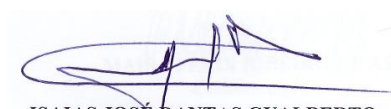
ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 47/DEGEPOL

Em 15 de janeiro de 2019.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº. 85, de 12 de agosto de 2008, tendo em vista a necessidade do serviço e do interesse público, e conforme solicitação constante no ofício nº 021/2019 da Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher do Estado da Paraíba,

RESOLVE designar **Eliane Medeiros de Santana**, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº 069.934-9, para responder pelo expediente da Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher de Guarabira.



ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL





ATOS
PBPrev – Paraíba Previdência

RESENHA/PBPREV/GPREV / Nº 052 / 2019.

O Presidente da **PBPREV - Paraíba Previdência**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos **incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003**, DEFERIU o processo de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, abaixo relacionado:

Nº	PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	PORTARIA	FUND. LEGAL	ÓRGÃO DE ORIGEM
01	10057-18	IRAN CHAVES DE LIMA FILHO	137.304-8	2114	Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da CF/88 com redação dada pela EC 41/03, c/c o art. 1º da Lei 10.887/04	SESDS


Yuri Simpson Lobato
Presidente da PBPrev

 **GOVERNO DA PARAÍBA** **BOLETIM DE SERVIÇOS POLÍCIA CIVIL** 

Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social - SESDS
Delegacia Geral de Polícia Civil

JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES
SECRETÁRIO

Cel. PM LAMARK VICTOR DONATO
SECRETÁRIO EXECUTIVO

ISAIAS JOSÉ DANTAS GUALBERTO
DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL

CASSANDRA MARIA DUARTE GUIMARÃES
DELEGADO GERAL ADJUNTO

RESPONSÁVEIS RH:

MARIA ZILENE MOREIRA GONÇALVES
SUBGERENTE DE RECURSOS HUMANOS DA SEDS

ADVANIA GUEDES DA COSTA LINHARES
CHEFE DO NÚCLEO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

HAMILTON NÓBREGA TRIGUEIRO
CHEFE DO NÚCLEO DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS
EDITOR BOLETIM DE SERVIÇOS

DESENVOLVIMENTO E REVISÃO:
MARCELO ISIDIO DA SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO DA ACADEMIA DE ENSINO DE POLÍCIA - ACADEPOL

CRIAÇÃO DO BOLETIM PORTARIA Nº 877/DEGEPOL- DOE 29-12-2012

SEDS/PB
AVENIDA HILTON SOUTO MAIOR, S/N, MANGABEIRA I,
JOÃO PESSOA – PARAÍBA - CEP: 58.055-018

CONTATOS:
DELEGACIA GERAL: 3213.9017/9074
SUBGERÊNCIA DE RH: 3213.9067/9075
ACADEPOL: 3612-8600

www.policiacivil.pb.gov.br

BS 006/2019TS

(Regulado pela Portaria N.º 877/DEGEPOL, 21 de dezembro de 2012).